

GRUPO DE IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE REDISTRIBUIÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE CANAIS DE TV E RTV – GIRED

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: terça-feira, 31 de janeiro de 2017

HORÁRIO: 10h às 13h

LOCAL: Agência Nacional de Telecomunicações, Brasília-DF – SAUS Quadra 06, Bloco H, 7º Andar, Ala Sul

MEMBROS DO GIRED PRESENTES:

Juarez Martinho Quadros do Nascimento – Presidente do GIRED – Anatel

Vitor Elísio Goes de Oliveira Menezes – Secretário do GIRED – Anatel

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira – MCTIC (titular)

José Gonçalves Neto – Telefônica Brasil S.A. (titular)

Oscar Petersen – Claro S.A. (titular)

Cristiene Abadia Evaristo – Algar Celular S.A. (suplente)

Daniel Pimentel Slaviero – Radiodifusão (titular)

Flávio Lara Resende – Radiodifusão (titular)

Paulo Ricardo Balduino – Radiodifusão (suplente)

Ana Eliza Faria e Silva – Radiodifusão (titular)

Cristiano Lobato Flores – Radiodifusão (suplente)

André Felipe Seixas Trindade – Radiodifusão (titular)

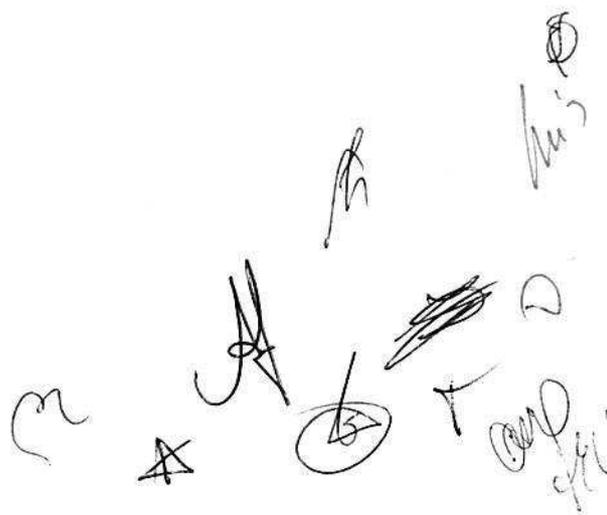
Evelin Maciel Brisolla – Radiodifusão (suplente)

REPRESENTAÇÃO EXCEPCIONAL:

Leandro Henrique de Lobo Guerra – Tim Celular S. A.

OUTROS PARTICIPANTES:

Adriana Mendes – EAD



Alex Pires de Azevedo – Anatel
Ana Carolina Pedreira – Tim Celular S. A.
André Luis Dias – TV Globo
Antônio Martelletto – EAD
Carlos Neiva – TV Câmara
Carlos Saldanha – EAD
Cinthia D´Auria – TV Globo
Daniel Leite França – Anatel
Dulcídio Pedrosa – MCTIC
Egon Guterres – Anatel
Elmano Filho – Anatel
Fabiana Dias Sampaio – Anatel
Fernando Luz de Azevedo – EBG 
Gunnar Bedicks – EAD
Heloísa Helena Moreira – Band
Juliana Noronha – SBT
Luiz Nicolaewsky – TV Globo
Márcio Novaes – Abratel
Martim Jales Hon – Anatel
Mônica Tavares – Anatel
Natália Gurgel – Ibope
Nilson Roberto da Silva – EBC
Patrícia Abreu – EAD
Roberto Colletti – MCTIC
Rosângela Petri Duarte – MCTIC
Thiago Aguiar Soares – Anatel
Tiago S. Prado – Anatel
Valéria Tessari – EAD
Vanessa Cristina Faria Gomes – Anatel

Wanessa Bastos – EBC

William Zambelli – MCTIC

Wilson Wellisch – Anatel

ASSUNTOS:

1. Aprovação da Ata da 25ª Reunião Ordinária do GIRED, realizada em 8 de dezembro de 2016

1.1. Observações iniciais sobre o funcionamento do GIRED

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, deu início à reunião, esclarecendo as regras do Regimento Interno do GIRED, especificamente sobre a representação excepcional das proponentes vencedoras (art. 6º. §2º), as deliberações do GIRED (tomadas por consenso, conforme art. 11), a participação dos membros suplentes (art. 17, parágrafo único), a periodicidade das reuniões do GIRED (art. 7º), as convocações e pauta das reuniões (art. 7º, Parágrafo único) e a participação dos convidados (na condição de ouvintes e, a critério do Presidente, com direito à voz).

1.2. Aprovação da Ata

Monique Pereira Ibitinga de Barros, da Claro S.A., pediu para constar na discussão do item 7 da Ata a seguinte fala de **José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S.A.**: “Em reuniões anteriores do GIRED, foi alinhado que, em havendo viabilidade técnica, poderia ser implementado o LTE na capital de São Paulo, sem o desligamento de todo o Estado”. Além disso, ela observou que faltou o registro em Ata da sua participação como Representante Excepcional da proponente vencedora Claro S.A. naquela reunião.

Feitos os ajustes, a Ata da 25ª Reunião Ordinária foi aprovada.

1.3. Pedidos de representação excepcional

Vitor Elísio Goes de Oliveira Menezes, Secretário do GIRED, registrou a presença de **Leandro Enrique Lobo Guerra** como Representante Excepcional da proponente vencedora **Tim Celular S.A.** nesta 26ª Reunião Ordinária.

Outrossim, o pedido apresentado por **Claro S. A.** para ter **Monique Pereira Ibitinga de Barros** como sua Representante Excepcional restou prejudicado ante a presença, na reunião, de **Oscar Petersen**, representante titular da prestadora.

1.4. Indicação de representantes como ouvintes

Vitor Elísio Goes de Oliveira Menezes, Secretário do GIRED, mencionou como representantes ouvintes: pela EBC, **Fernando Luz de Azevedo, Vanessa de Souza Bastos Lorenzetti e Nilson Roberto da Silva**. Pela Abert, **Cynthia D'Auria, André Dias, José Leal, Juliana Noronha, Luiz Nicoletis, Luiza Helena e Luiz Roberto Antonik**. Pela Rede Record, **Márcio Novaes**.

1.5. Substituição de Membro

Por fim, **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, presidente do GIRED**, informou que, no Circuito Deliberativo nº 21/2017, o Conselho Diretor havia aprovado a substituição do representante da radiodifusão **Luiz Roberto Antonik** por **Daniel Pimentel Slaviero**, na função de membro titular. Depois, noticiou os presentes da publicação da Portaria nº 13/2017, de 30 de janeiro de 2017, com todos os nomes dos membros titulares e suplentes do GIRED, no Diário Oficial da União do dia de hoje, 31 de janeiro.

2. Informe do Grupo Técnico de Acompanhamento Financeiro (GT-F)

Tiago Sousa Prado, Coordenador substituto do GT-F, informou que, desde a última reunião do GIRED, discussões informais por e-mail tinham sido feitas entre os participantes do GT-F. Disse que a próxima reunião estava marcada para 3 de fevereiro, ocasião em que seria apresentado o *report* da EAD sobre o balanço financeiro e o fechamento do 4º trimestre de 2016. Outro item de pauta desta reunião seria o *follow up* da incidência de PIS e/ou COFINS nos equipamentos repassados aos radiodifusores durante o remanejamento. Citou a 9ª reunião do GIRED, realizada em outubro de 2016, no âmbito da qual foi deliberado que, havendo necessidade de recolhimento de PIS e/ou COFINS, a responsabilidade caberia à EAD. Ressaltou, todavia, que ainda persistia a dúvida sobre a necessidade do próprio recolhimento destes tributos.

Informou que essa questão havia sido debatida no GT-F e, após apresentação de parecer da Consultoria Deloitte (não conclusivo sobre a necessidade do recolhimento dos tributos), o Grupo Técnico tinha constatado a necessidade de formalizar uma consulta à Receita Federal e, nesse sentido, era preciso definir quem faria a consulta. Relatou a realização de uma consulta informal à Receita Federal e citou a instrução elaborada pela própria Receita e distribuída aos membros do GIRED por e-mail. Conforme este parecer, a legitimidade era do polo passivo ou da associação que o representasse e, em alguns casos, do ente público, se comprovado o interesse deste. Caso não fosse tomado algum direcionamento sobre isso no GT-F, o grupo levaria a questão à próxima reunião do GIRED.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, perguntou se a ABERT poderia fazer a consulta à Receita Federal, ao que **Cristiano Lobato Flores, representante suplente da Radiodifusão**, disse que a questão deveria ser levada ao Conselho Superior da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão).

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, falou que a Anatel poderia formalizar a consulta, no caso de dificuldade operacional por parte da Abert.

Daniel Pimentel Slaviero, representante titular da Radiodifusão, disse que não haveria problemas; no entanto, o processo seria mais rápido se a própria agência fizesse a consulta.

Oscar Petersen, representante titular da Claro S.A., levantou dúvida sobre a legitimidade da Anatel nesse caso, ao que **Tiago Sousa Prado, Coordenador substituto do GT-F**, informou que, conforme a instrução normativa da Receita, a legitimidade da Anatel seria reconhecida caso comprovado seu interesse e ressaltou a importância da motivação para o pleito.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, interveio para dizer que a Abratel (Associação Brasileira de Rádio e Televisão) poderia fazer a consulta à Receita Federal. Deferida a palavra, o convidado **Márcio Novaes, da Abratel**, confirmou a disposição da entidade associativa para formalizar essa consulta à Receita Federal.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, disse que, considerando a oferta, a Abratel ficaria encarregada da consulta. Além disso, o radiodifusor poderia realizar o recolhimento até que a Receita Federal emitisse uma resposta à consulta. Os recursos recolhidos nesse ínterim poderiam ser futuramente ressarcidos, caso a Receita Federal respondesse negativamente.

Tiago Sousa Prado, Coordenador substituto do GT-F, salientou que o prazo da Receita para responder a consulta era de 360 (trezentos e sessenta) dias.

Em seguida, **Paulo Ricardo Balduino, representante suplente da Radiodifusão**, disse que o ressarcimento ocorreria de qualquer maneira, independentemente da resposta da Receita Federal. Então, o radiodifusor deveria recolher o tributo e ser ressarcido pela EAD. Relatou que esta era uma questão que já tinha sido decidida.

Carlos Saldanha, da EAD, pontuou que, no caso de a Receita Federal responder não ser necessário o recolhimento, o dinheiro ressarcido aos radiodifusores pela EAD retornaria à EAD. Este era outro item já consensualizado no GT-F.

Oscar Petersen, representante titular da Claro S.A., ressaltou que deveria ficar claro se incidia ou não o tributo. Sendo devido o tributo, a obrigação seria da EAD; caso contrário, a EAD não precisava ressarcir.

Carlos Saldanha, da EAD, informou que, enquanto não obtivesse resposta da Receita Federal, os radiodifusores recolheriam o tributo, e a EAD faria o ressarcimento. No caso de a Receita dizer que o recolhimento não era necessário, os radiodifusores teriam que retornar à EAD os pagamentos.

Ana Eliza Faria e Silva, representante titular da Radiodifusão, disse que, não sendo devido o recolhimento, os radiodifusores pediriam à Receita Federal a devolução dos valores para serem repassados à EAD. À medida que o radiodifusor fosse ressarcido, repassaria o dinheiro à EAD.

Oscar Petersen, representante titular da Claro S.A, falou que era necessária uma decisão do GIRED para que, não sendo devido o recolhimento, os valores fossem devolvidos (pela Receita ou pelos próprios radiodifusores), zelando, assim, pela segurança jurídica.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, informou que este item da pauta continuaria em aberto e pediu para que o GT-F continuasse a discussão. Em outra reunião do GIRED, haveria uma definição mais concreta e sólida sobre esta questão.

3. Informe do Grupo Técnico de Recepção (GT-Rx)

Alex Pires de Azevedo, Coordenador do GT-Rx, apresentou os trabalhos efetuados durante as duas reuniões do grupo realizadas em 14/12/2016 e 23/01/2017. Os itens discutidos foram: acompanhamento das atividades da EAD de logística, distribuição de kits e mitigação. Foram abordados também os seguintes itens: estruturação de relatórios, melhorias nos procedimentos para ativação do LTE, consolidação das especificações técnicas e estudos sobre interferência da TV analógica (este ainda em debate no grupo).

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, ressaltou que não havia deliberação neste item de pauta.

4. Informe do Grupo Técnico de Comunicação (GT-Rm)

4.1. Das últimas reuniões do GT-Rm

Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm, apresentou os itens discutidos nas duas últimas reuniões e também assuntos levados para deliberação do GIRED.

Falou da revisão da necessidade de desligamento em alguns agrupamentos de municípios. A ideia era avaliar, dos municípios com previsão de desligamento até 2018, em quais seria imprescindível o desligamento para garantir a liberação da faixa e a operação do LTE na faixa de 700 MHz. Disse que uma análise inicial na Anatel tinha sido feita, focando somente na viabilidade do remanejamento dos canais, para garantir a desocupação da faixa de 700 MHz, ou seja, para que não existissem canais de radiodifusão operando na faixa de 700 MHz nos agrupamentos colocados.

Relatou o consenso entre os participantes do GT-Rm de que em 76 municípios seria possível garantir a liberação da faixa de 700 MHz e a operação do LTE, sem o desligamento da TV analógica. Estes municípios impactavam em um milhão e cem mil famílias do Cadastro Único, aproximadamente.

Disse que os 76 municípios integram dezoito agrupamentos, dezesseis com previsão de desligamento em dezembro de 2018, e Sobral e Juazeiro do Norte, com previsão para desligamento em 2017, junto com Fortaleza. Nestas regiões, conforme discutido no GT-Rm, o desligamento poderia ocorrer até 2023, garantindo ainda assim a liberação da faixa de 700 MHz sem impactar na operação do LTE. Ainda, identificou-se que, em algumas capitais, seria viável remanejar os canais da faixa de 700 MHz e

garantir a desocupação da faixa. Todavia, ressaltou o consenso havido entre os representantes da EAD, das teles e da radiodifusão no sentido de ser imprescindível o desligamento de todas as capitais do País até 2018.

Várias razões foram apresentadas pelos participantes do GT-Rm que corroboram com esse entendimento. Por exemplo, a possibilidade de interferência entre a TV analógica em canais de alta potência, adjacente ao LTE na faixa de 700 MHz. Assim, seria prudente manter o desligamento em todas as capitais até 2018, de forma a evitar o risco de interferência. Além disso, é de se considerar o elevado custo de operação (isto é, a manutenção em funcionamento, até 2023, dos transmissores analógico e digital) e o atraso na revisão da canalização digital das retransmissoras secundárias pareadas. Disse que a postergação do desligamento nas capitais significava que esses canais teriam muito provavelmente que aguardar até 2023 também. Outro ponto levantado foi a obsolescência dos equipamentos analógicos. Muitos transmissores eram antigos e demandariam troca, manutenção ou alguma reforma para funcionar até 2023, ou seja, implicaria em custos para o radiodifusor. Por último, foi destacada a importância do processo de transição e a distribuição de kits de conversores em todas as unidades da federação, o que só ocorre, pelo menos a princípio, com o desligamento analógico.

Concluiu explicando que nove capitais estavam nessa situação e, considerando todos os municípios constantes dos respectivos agrupamentos, o total de municípios afetados seria de oitenta e três.

4.2. Consulta à Procuradoria Federal Especializada da Anatel - PFE sobre a possibilidade de remanejamento de canais analógicos para digitais

Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm, comentou a consulta realizada à PFE, que consistia em dois pontos. O primeiro era relativo à possibilidade de canais listados em analógico no Edital serem remanejados diretamente para o digital, com investimento direto pela EAD. O segundo ponto era se a EAD podia arcar com os custos do remanejamento de canais não expressamente previstos no Anexo II-E do Edital.

Quanto ao primeiro ponto, a PFE opinou pela possibilidade de se fazer a digitalização dos canais analógicos (listados no Edital), contudo, ressaltou dois condicionantes para isso: a necessidade de a emissora concordar com a transição (questão já pacificada, pois todas as alterações de canais tratadas pela EAD estavam sendo feitas somente com o consentimento do radiodifusor); e o atesto da inexistência de aumento de custos financeiros de se fazer a digitalização em vez do remanejamento na própria tecnologia analógica.

No âmbito do GT-Rm, foram discutidas duas formas de se fazer este atesto. A primeira seria um atesto geral (a EAD exporia argumentos de que a digitalização seria sempre vantajosa e menos onerosa do que a migração para tecnologia analógica). A segunda seria um atesto caso a caso: a cada canal alterado, seria elaborado pela EAD um projeto analógico e um projeto digital para serem comparados os valores dos dois e, assim, fundamentar a decisão por um ou por outro.

Quanto ao segundo ponto, destacou o **Coordenador do GT-Rm** que a PFE opinou pela impossibilidade de se fazer o remanejamento de canais não listados no Edital.

Em seguida, **Gunnar Bedicks, da EAD**, disse que o remanejamento do canal analógico quase sempre impactava em outros canais analógicos (muitas vezes abaixo da faixa de 700 MHz). Assim, geralmente, o remanejamento de analógico para analógico demandava o remanejamento de outro(s) canal(is) analógico(s).

Relatou que, em visitas aos radiodifusores, tinha sido constatada obsolescência nos equipamentos de transmissão analógica. Falou que muitos fabricantes não produziam equipamentos analógicos novos e sim digitais com adaptações para a transmissão com modulação analógica, o que tornava o equipamento até mais caro, por não ser um "digital puro". De acordo com as análises feitas pela EAD, a conversão analógica para analógica seria consideravelmente mais cara. Além disso, observou que fazer a resintonia de um canal analógico era complexa, pois a tecnologia era obsoleta. Concluiu que seria muito mais barato converter todos aqueles canais para digital do que para analógico.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, questionou sobre a viabilidade de trazer ao Grupo análises caso a caso dos custos envolvidos.

Gunnar Bedicks, da EAD, respondeu afirmativamente e repisou que, em muitos casos analógico-analógico, esse remanejamento impactava em outros canais, ou seja, para possibilitar o remanejamento de um canal, podia ser necessário alterar vários outros. Logo, seria muito mais custoso.

Gunnar Bedicks, da EAD, afirmou que não tinha dificuldade em detalhar os custos. Era um pouco trabalhoso, mas não impossível de se fazer. A quantidade de canais a serem analisados não era tão grande.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, perguntou se podia ser feito caso a caso, ao que **Gunnar Bedicks, da EAD**, respondeu positivamente.

Oscar Petersen, representante titular da Claro S.A., questionou se era possível demonstrar os custos com relação a Salvador e Fortaleza. Ato contínuo, **Antônio Martelletto, da EAD**, disse que poderia apresentar os dados solicitados já nesta Reunião do GIRED.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, concluiu que a EAD apresentaria então, caso a caso, as situações de remanejamento que se enquadrassem na primeira hipótese delineada no parecer da Procuradoria, para ser verificado no GIRED a condição de serem mais vantajosas. Dessa forma, o GIRED atenderia a orientação da PFE, que tinha condicionado a operação a dois itens: a concordância do radiodifusor e a situação mais vantajosa (economia de recursos).

Gunnar Bedicks, da EAD, apresentou três situações de conversão: de analógico para analógico, de analógico para digital, de digital para digital.

Disse que, numa retransmissora tipo Classe A, o remanejamento de um canal na cidade de Salvador custaria R\$ 1.070.000,00 (um milhão e setenta mil reais), e sua movimentação de forma direta para seu canal digital custaria R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais), considerando apenas equipamento, antena,

instalação e gestão para fazer o remanejamento. Disse que os custos seriam maiores caso fosse migrado para um analógico ou fosse necessária uma resintonia dos equipamentos de transmissão. Ressaltou que na tecnologia digital já havia uma economicidade no processo, sem adicionar outras questões.

Citou o caso específico de um radiodifusor em Salvador, que opera no canal 57 em tecnologia analógica. O canal analógico não está listado no Anexo II-E do Edital, assim como não está previsto um canal analógico de destino. Porém, o mesmo radiodifusor se encontra na lista do Edital para remanejamento digital (mas o canal digital não se encontra em operação). Disse que havia dificuldade em liberar a cidade de Salvador, porque caso este canal não fosse remanejado, não seria possível entrar em operação. Informou que todas as atividades já estavam em andamento, com equipamentos comprados, Atos publicados, termos de aceites assinados pelos radiodifusores, ou seja, os recursos já estavam sendo investidos no remanejamento de Salvador e, por conseguinte, a questão do canal 57 era importante. O custo para remanejamento deste canal era de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Apresentou um slide com dados de custo. De acordo com a planilha apresentada, caso fossem remanejados todos os canais envolvidos para o analógico, o custo seria de aproximadamente R\$ 3.210.000,00 (três milhões, duzentos e dez mil reais) e, caso fossem remanejados todos os canais analógicos existentes em Salvador para o digital, incluindo o canal listado, o custo seria de R\$ 2.810.000,00 (dois milhões, oitocentos e dez mil reais). Ou seja, mesmo incluindo este canal não listado no Edital, haveria uma economicidade.

Posteriormente, mostrou a situação de Fortaleza, em que havia um canal analógico (52), cujo canal de destino não estava listado. Seu remanejamento custaria R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Informou que, caso fosse feito o remanejamento de todos os canais analógicos para analógico, sem incluir o canal 52, o custo seria de R\$ 5.350.000,00 (cinco milhões, trezentos e cinquenta mil reais). Caso fossem remanejados todos os canais analógicos para digital, incluindo o canal não listado, o custo seria de R\$ 5.150.000,00 (cinco milhões, cento e cinquenta mil reais). Disse que havia outros custos associados ao analógico (frete, transporte, seguro e resintonia) que poderiam onerar ainda mais o processo, mas que não estavam sendo considerados no momento, porque o objetivo era mostrar que apenas a mudança de tecnologia já propiciava economicidade.

Ana Eliza Faria e Silva, representante titular da Radiodifusão, levantou a dúvida sobre se a inclusão destes canais sem previsão no Edital de remanejamento poderia ser feita nos termos do parecer da PFE.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, disse que, conforme parecer, havia impossibilidade jurídica de uso de recursos da EAD para remanejamento dos canais não contemplados no Anexo II-E do Edital. Ainda assim, poderia ser realizada uma consulta complementar à PFE, para que uma nova avaliação fosse feita.

Ana Eliza Faria e Silva, representante titular da Radiodifusão, salientou que não havia dúvida sobre a economia ao se considerar a totalidade de canais da cidade, mas, como existia dúvida sobre um canal específico, queria ter um melhor entendimento sobre a questão.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, afirmou que poderia ser feita uma consulta complementar à PFE para verificar a condição específica de Salvador e Fortaleza.

Antônio Martelletto, da EAD, interveio para ressaltar dois aspectos: a economicidade prevista no Edital e o compromisso assumido quando foi aprovado o relatório de aperfeiçoamento do processo, no qual estaria previsto que, havendo algum canal interferente onde fosse feita a antecipação de remanejamento, ele deveria ser remanejado.

Vitor Elisio Goes de Oliveira Menezes, Secretário do GIRED, perguntou se a questão de interferência era mais forte em Salvador e Fortaleza.

Gunnar Bedicks, da EAD, citou um caso em Brasília, de Padre Bernardo, em que o canal interferente não estava no *cluster* em Brasília. Quando foram feitos os estudos de viabilidade, este canal teve que ser remanejado. A EAD estava estudando o que já tinha sido remanejado.

Vitor Elisio Goes de Oliveira Menezes, Secretário do GIRED, solicitou que estas informações fossem encaminhadas para ele.

Oscar Petersen, representante titular da Claro S.A., disse que estes remanejamentos ocorridos no passado constavam no Relatório de Aperfeiçoamento, aprovado pelo GIRED.

Antônio Martelletto, da EAD, informou que a EAD apresentaria um pedido à Anatel, requerendo realização de uma nova consulta à PFE que tratasse dos casos específicos de Salvador e Fortaleza.

4.3. Parecer da PFE sobre a possibilidade de isenção da cobrança de PPDUR e TFI para canais remanejados

Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm, deu continuidade ao relato do GT-Rm tratando da consulta à PFE quanto à incidência do PPDUR e da TFI. Disse que, no começo das discussões no GT-Rm sobre o remanejamento dos canais e os custos envolvidos, havia sido colocado o questionamento sobre incidência e, em caso positivo, a responsabilidade de pagamento de PPDUR/TFI nos casos de remanejamento. Assim, foi formalizada junto à PFE uma consulta sobre a possibilidade de isenção desses valores.

A PFE opinou no sentido da impossibilidade de isenção tanto do PPDUR quanto da TFI. Diante desse opinativo, o GT-Rm reiniciou a discussão para saber quem seria o responsável pelo pagamento desses valores. Para os representantes da radiodifusão, esta responsabilidade seria da EAD, contudo, não havia um consenso sobre esse assunto, nem quanto ao procedimento a ser adotado.

Paulo Ricardo Balduino, representante suplente da Radiodifusão, disse que os custos decorrentes do Edital não eram originados nem provocados pelo radiodifusor. Então, conforme Edital, estes custos seriam da EAD. Sugeriu que fosse feita uma nova consulta à PFE nesse sentido.

Ana Eliza Faria e Silva, representante titular da Radiodifusão, pontuou que estas taxas estavam na mesma classificação do PIS e COFINS, do ponto de vista de participação e de ônus para o radiodifusor. Falou que, caso estes custos fossem devidos, deveriam ser pagos pela EAD.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S.A., observou que, como os custos eram decorrentes de uma obrigação editalícia, deveria haver um tratamento diferenciado. O PPDUR deveria ser aplicada apenas "ao que faltava da duração da outorga", e que este entendimento deveria ser checado junto à PFE.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, salientou que, conforme o item 3 do Anexo II-B do Edital, era possível defender que o pagamento cabia à EAD.

Oscar Petersen, representante titular da Claro S.A., solicitou que na próxima reunião fosse votada a questão, ao que **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED,** respondeu que este ponto seria então discutido na próxima reunião do GIRED.

Ana Eliza Faria e Silva, representante titular da Radiodifusão, quis saber se a postergação desta decisão provocaria algum atraso nos remanejamentos em andamento ou algum impacto relevante, ao que **Gunnar Bedicks, da EAD,** respondeu negativamente.

Retomando a apresentação, **Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm,** disse que havia outra demanda discutida: a avaliação de pendências para a digitalização. Relatou que, na última reunião do GIRED, os radiodifusores tinham colocado que, com a proximidade do desligamento em algumas regiões, era necessário que algumas pendências como alteração de plano básico ou alguma autorização necessária fossem tratadas. O GIRED então determinou o acompanhamento dessas pendências pelo GT-Rm, o qual estava avaliando os órgãos responsáveis e dando o devido encaminhamento. Com a proximidade do desligamento, o intuito era não haver pendências por parte do poder público, para garantir que os canais fossem digitalizados. Como resultado, consultas públicas estavam sendo preparadas para resolver alguns casos.

5. **Avaliação dos estudos de viabilidade da implantação das redes de telefonia móvel 4G/LTE em municípios dos Estados (1) do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas e da Bahia; (2) oeste do Estado do Espírito Santo e leste do Estado de Minas Gerais; (3) centro-leste do Estado da Bahia; (4) centro-norte do Estado do Pará; (5) nordeste do Estado do Pará; (6) centro do Estado de Minas Gerais; (7) centro-norte do Estado do Ceará; (8) centro-sul do Estado da Bahia e norte do Estado de Minas Gerais; (9) nordeste do Estado da Bahia; e (10) centro-leste do Estado do Tocantins, todos submetidos pela EAD;**

Primeiramente, **Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm,** informou que, embora na pauta tenham sido colocadas dez regiões para liberação, apenas nove (com 479 municípios ao todo) seriam apresentadas, devido à identificação de possível

interferência num canal secundário na região do centro-norte do Estado do Ceará. Apresentou mapa ilustrando a situação dos municípios colocados para deliberação.

Posto em deliberação e não havendo manifestação em contrário, **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED**, declarou aprovados os estudos de viabilidade técnica para a implantação das redes 4G/LTE, ressalvado o estudo do centro-norte do Ceará, conforme relatado pelo GT-Rm.

6. Informe do Grupo Técnico de Comunicação (GT-Com)

Daniel Leite Santos França, Coordenador substituto do GT-Com, falou que os resultados de Brasília e de São Paulo tinham sido apresentados no Grupo Técnico, bem como a necessidade de atualização dos manuais de comunicação obrigatória.

7. Apresentação de propostas de aperfeiçoamento das ações de comunicação, discutidas no GT-Com

Já adiantando o assunto do item seguinte da pauta (aperfeiçoamento das ações de comunicação), informou que havia recebido da EAD um estudo preliminar de melhorias que não contemplava os dados da pesquisa pós-desligamento de Brasília (recém concluída) e que, por isso, havia solicitado complementação, para que o GT pudesse analisar e propor aperfeiçoamentos para as ações de comunicação no processo de transição tecnológica.

Vitor Elisio Goes de Oliveira Menezes, Secretário do GIRED, falou então sobre a revisão 2017 do Relatório de Aperfeiçoamento do processo de transição ao Sistema Brasileiro de TV digital - SBTVD. Dos cinco itens abordados no relatório, o primeiro se tratava do critério de aferição – “definir o critério GIRED como o único a ser aplicado e formalizar na metodologia de aferição o cômputo da tendência de evolução do nível de preparo, a ser aplicada à pesquisa imediatamente anterior ao desligamento. Além disso, considerar a taxa de incremento diário dos diferentes grupos de classes sociais na projeção do nível de preparo no dia previsto para o desligamento, e estabelecer a governança das ações de pesquisa pautadas em três fatores: transparência dos dados da pesquisa, distribuição antecipada dos resultados de aferição e aprovação antecipada de um cronograma detalhado”.

Ana Eliza Faria e Silva, representante titular da Radiodifusão, agradeceu as colocações para melhoria dos critérios de aferição e considerou valiosos tanto o critério único para o desligamento quanto a transparência dos resultados. Ressaltou que, para se adotar o critério de aferição do GIRED, deveria ser feita uma checagem técnica em todas as residências que tivessem tela fina. Assim, ao longo dos próximos desligamentos, esses domicílios de tela fina seriam acompanhados. Disse que, conforme portarias que estabeleciam os métodos, havia previsão para a aferição, mas não extrapolação.

Antônio Martelletto, da EAD, perguntou se o intuito era inspecionar todas as telas finas existentes, ao que **Ana Eliza Faria e Silva, representante titular da Radiodifusão**, respondeu positivamente.

Antônio Martelletto, da EAD, falou que a proposta era impraticável. Tecnicamente, o mais correto era o *pantry check* (checagem técnica presencial) para ver qual o fator de deflação da praça, para verificar, localmente, qual o parque de televisores existente. Além disso, parte das telas finas não seriam verificadas porque alguns moradores não autorizavam a entrada nos domicílios.

Ana Eliza Faria e Silva, representante titular da Radiodifusão, disse que as medições do *pantry check* tinham ficado muito limitadas, restringindo-se a algumas telas finas dentro do processo. Perguntou se havia uma proposta de aprimoramento do critério, envolvendo todos os domicílios.

Antônio Martelletto, da EAD, pontuou que a melhor visão era fazer a pesquisa de *pantry check* – visitas ao conjunto de domicílios da praça – para definir o que havia de tela fina com conversor e sem conversor e, por conseguinte, o fator de deflação. De outra maneira, seria impraticável.

Daniel Pimentel Slaviero, representante titular da Radiodifusão, perguntou se, haveria uma visita técnica aos domicílios em que houvesse essa discrepância, após o *pantry check*.

Antônio Martelletto, da EAD, falou que, caso fosse do interesse, isso também poderia ser feito, mas que não era a melhor proposta técnica. Esclareceu que o *pantry check* servia para definir o parque de televisores da praça.

Ao ser questionado por **Antônio Martelletto, da EAD, Natália Gurgel, do IBOPE**, informou que, em Brasília, o percentual de telas finas sem conversor tinha ficado em 8%, e 11% em conversores internos. Disse que, na última rodada de pesquisa, 3% dos digitalizados (conforme o primeiro critério do GIRED, sem deflator) haviam sido classificados exclusivamente pela menção de tela fina terrestre, ou seja, o entrevistado não tinha sido capaz de citar outros elementos (como, por exemplo, canal com ponto ou afirmação de presença de conversor para classificação dele como digital). No início, o percentual destes domicílios classificados pela presença de tela fina era de 14%, mas, ao longo do processo, este percentual caiu, porque as pessoas faziam a conversão. Ressaltou o prejuízo de se trabalhar com um deflator fixo ao longo do processo.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, salientou que não era necessária uma deliberação naquele momento, mas que deveria ser definido um critério de aferição único. Sugeriu que a questão voltasse ao grupo para debate da viabilidade técnica dos critérios em função do que havia sido colocado pela **Ana Eliza Faria e Silva, representante titular da Radiodifusão**.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S.A., falou que a principal preocupação era a de se fazer *pantry check* em todas as regiões.

Deferida a palavra, **Cynthia D'Auria, da TV Globo**, disse que a questão metodológica podia ser otimizada, a fim de levá-la ao grupo de forma mais formatada.

Considerando as discussões, **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED**, disse que a questão seria levada ao grupo para uma discussão mais ampla.

Deferida a palavra, **Márcio Novaes, da Abratel**, disse que levar a questão ao grupo técnico para aprimoramento era válido, mas que sua posição era a de caminhar no sentido do critério do GIRED mais deflator (segundo critério).

Ana Eliza Faria e Silva, representante titular da Radiodifusão, perguntou sobre a proposta de exclusão do item 1.2 do documento com propostas de aperfeiçoamento (cálculo da tendência), ao que **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED**, respondeu que o mesmo também seria levado para debate ao grupo.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, ressaltou que o trabalho com uma curva de tendência era a solução ideal para as datas de desligamento serem mantidas, ao que **Márcio Novaes, da Abratel**, acrescentou que isto tinha ficado praticamente comprovado na última pesquisa feita em Brasília.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, encerrou a discussão sobre o item 1 do documento de propostas, afirmando que o tema seria detidamente examinado no GT-Com antes de voltar ao GIRED.

Dando início ao debate sobre o item 2 das propostas de melhoria que integrarão o Relatório de Aperfeiçoamento – Plano de comunicação, **Vitor Elísio Goes de Oliveira Menezes, Secretário do GIRED**, fez a leitura do item: “aperfeiçoar o acompanhamento das propostas de comunicação do setor de radiodifusão, fundamentadas no conhecimento da realidade local e suas especificidades, promovendo a participação das mídias locais no processo de comunicação das ações de desligamento realizadas pela EAD; estabelecer que, no âmbito do GT-Com sejam amplamente debatidas as propostas de comunicação da EAD; acompanhar as campanhas de comunicação obrigatórias de desligamento, realizando eventualmente sugestões de melhoria e de ações de fiscalização ao MCTIC, órgão competente para tal atribuição”.

Daniel Leite Santos França, Coordenador substituto do GT-Com, sugeriu que, conforme discussões do GT, no item 2.2 do Relatório, fosse acrescido o seguinte trecho: “incluídas as ações voluntárias da radiodifusão”. Além disso, sugeriu a inclusão de um novo item, 2.4, para que a EAD pudesse patrocinar projetos de associações e emissoras locais para otimizar o processo de comunicação.

Deferida a palavra, **André Luis Dias, da TV Globo**, informou que no dia seguinte seria lançada em São Paulo a formação de setenta e cinco mil alunos do SENAI para trabalharem como disseminadores da TV digital em todo o Estado. Falou que a Seja Digital havia sido convidada a participar deste processo, de forma a otimizar as forças, levando auxílio e tranquilidade à população.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, disse que o item 2 do Relatório também voltaria ao GT-Com para discussão e, posteriormente, ao GIRED, na próxima reunião.

Em relação ao item 3 do Relatório de Aperfeiçoamento – Distribuição de conversores e acessórios, **Vitor Elísio Goes de Oliveira Menezes, Secretário do GIRED**, fez a leitura do item: “Discutir no âmbito do GIRED as metas de distribuição de kits para acompanhamento das preparações para o desligamento; apurar as metas do último bimestre que antecede ao desligamento previsto no cronograma estabelecido em

Portaria pelo MCTIC, para calibragem das ações da reta final; definir um índice que, se eventualmente não alcançado, deflagraria plano de emergência a sessenta dias do desligamento”.

Daniel Pimentel Slaviero, representante titular da Radiodifusão, sugeriu que o item 3 também pudesse ser mais discutido no GT-Com e no GT-Rx, ao que **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED**, concordou e concluiu a discussão do item.

No que tange ao item 4 do **Relatório de Aperfeiçoamento – Relatório e indicadores**, **Vitor Elísio Goes de Oliveira Menezes, Secretário do GIRED**, fez a leitura do item: “Divulgar quinzenalmente os relatórios simplificados com as principais ações da Seja Digital nos diversos *clusters* de desligamento e indicadores das ações de mitigação preventiva e corretiva em curso; divulgar semanalmente os indicadores de desempenho do agrupamento, incluindo reclamações, distribuição de conversores, desempenho da central de atendimento, monitoramento de mídia e redes sociais”.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, propôs que o item 4 voltasse para o GT-Com e GT-Rx para discussão, junto aos outros itens, ao que todos os presentes concordaram.

De forma a iniciar o debate sobre o item 5 do Relatório de Aperfeiçoamento – Regularizações técnicas, **Vitor Elísio Goes de Oliveira Menezes, Secretário do GIRED**, fez a leitura do item: “Apoiar e acompanhar o tratamento das pendências de regularização dos clusters afetados pelo desligamento”.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, após questionar se os presentes queriam fazer algum comentário, afirmou que este item também voltaria para análise dos GT e, posteriormente, retornaria para apreciação do GIRED.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S.A., elogiou o esforço da Anatel e disse que, depois dos estudos dos Grupos Técnicos, o assunto seria deliberado por completo.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, ressaltou que o assunto continuava em discussão nos grupos técnicos envolvidos e, portanto, sem deliberação por enquanto. Na próxima reunião, o tema seria novamente apresentado.

8. Resultado da pesquisa pós-desligamento do sinal analógico no Distrito Federal e entorno

Inicialmente, **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED**, disse que a pesquisa de aferição do DF e entorno pós desligamento havia sido distribuída a todos, prezando, assim, pela divulgação das informações.

Em seguida, **Natália Gurgel, do IBOPE**, iniciou a apresentação da pesquisa mencionada, realizada nos mesmos moldes das pesquisas anteriores. Disse que o processo de desligamento do sinal analógico entrava em sua segunda etapa, após o desligamento do sinal em Rio Verde/GO.

Apresentou um “resumo das visões discutidas no GIRED – universo de aferição”. De acordo a “visão GIRED”, estavam digitalizados 98% dos domicílios no *cluster*

ponderado, 99% no DF, e 98% no entorno. Conforme a “visão GIRED com deflator”, estavam digitalizados 98% do *cluster* ponderado e no DF, e 97% no entorno. Por fim, na “visão da proposta dos radiodifusores” (terceiro critério), estavam digitalizados 96% dos domicílios no *cluster* ponderado e no DF, e 97% no entorno. Ressaltou que, ao longo do trabalho, os entrevistados se mostraram mais conhecedores do processo de digitalização.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S.A., perguntou qual era o percentual de conversores entregues em Brasília.

Antônio Martelletto, da EAD, respondeu que 90% dos conversores tinham sido entregues. Além disso, informou que o percentual de famílias sem televisão era de 0,66% na última pesquisa, e que os percentuais de digitalização dos cadastrados no Programa Bolsa Família e CadÚnico era de praticamente 100%.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, citou uma reportagem da jornalista Míriam Aquino, a qual considerou o processo de digitalização da TV aberta brasileira um exemplo. Conforme comentou a jornalista na matéria, a pesquisa realizada pelo IBOPE sobre o resultado de Brasília, sob encomenda da EAD, tinha sido extremamente positiva, destacando que 98,3% ou 98,1% (a depender do critério de aferição) estavam com seus lares sem problemas para recepção de TV digital, apenas dois meses após a implantação do programa, ultrapassando até mesmo os indicadores da TV analógica.

9. Resultado da primeira pesquisa de aferição do atingimento da condição para o desligamento do sinal analógico na Grande São Paulo

Natália Gurgel, do IBOPE, informou que a pesquisa havia seguido os mesmos moldes utilizados anteriormente. Ao todo, 2.730 entrevistas tinham sido realizadas, sendo 1.078 na capital paulista e 1.652 no entorno (amostra com complementos).

Quanto ao perfil da amostra, observou que a capital era mais rica, e o entorno mais pobre – algo muito semelhante à Brasília. Em relação ao *cluster* ponderado, citou os seguintes dados: a média de TVs por domicílio era de 1,7, a penetração de TV por Assinatura era de 57%, domicílios com apenas tela fina 66%.

Quanto ao perfil de recepção de sinal, o número de domicílios “não terrestre” era elevado: 46% no *cluster* ponderado. O total de domicílios “exclusivo com sinal terrestre” era de 36%.

No que se referia ao conhecimento sobre o sinal digital, 96% já tinha ouvido falar em sinal de TV digital no *cluster* ponderado. Em São Paulo, este percentual era de 95%, e no entorno 98%.

Em relação à autodeclaração sobre o tipo de sinal, 71% dos entrevistados no *cluster* ponderado informaram que recebiam sinal digital ou ambos os sinais (analógico e digital). Em São Paulo, este percentual era de 70%, e no entorno 71%.

Quando questionados se tinham conhecimento do desligamento do sinal analógico, 88% dos entrevistados do *cluster* ponderado responderam positivamente, porém, deste percentual apenas 48% sabiam quando o desligamento do sinal analógico

ocorreria. Além disso, 58% dos entrevistados no *cluster* ponderado acreditavam que o desligamento ocorreria na data anunciada (29 de março).

Em seguida, mostrou o “Resumo dos critérios discutidos no GIRED – universo de aferição”. Na visão do GIRED (primeiro critério), 86% do *cluster* ponderado estava digitalizado, 87% em São Paulo, e 85% no entorno. Com a aplicação do deflator (segundo critério), havia uma queda de um ponto percentual no *cluster*, resultando num percentual de 85% de digitalização no *cluster*. Conforme a proposta dos radiodifusores (terceiro critério), 81% do *cluster* estava digitalizado.

Ressaltou que os percentuais de digitalização da capital e do entorno eram muito próximos, e que isto se dava ao fato de que a amostra já tinha considerado os efeitos de distribuição dos kits no entorno, porém não na capital.

Oscar Petersen, representante titular da Claro S.A., quis saber onde faltavam mais conversores para serem entregues – se no entorno ou na capital, ao que **Carlos Saldanha, da EAD**, informou que, até o momento, haviam sido distribuídos muito mais conversores no entorno.

Natália Gurgel, do IBOPE, deu continuidade à apresentação, mostrando que 92% do *cluster* ponderado não ficaria sem acesso à programação da TV caso o desligamento ocorresse no dia da pesquisa, isto é, a população seria atendida por algum tipo de sistema de recepção de TV.

Posteriormente, informou que, conforme o critério GIRED, 86% do *cluster* ponderado estava digitalizado. Dos 14% de domicílios analógicos, 31% era das classes D e E, e 86% tinham TV tubo apenas. Ressaltou o percentual maior de domicílios analógicos nas classes mais baixas, C2, D e E. Relatou que 9% do *cluster* ponderado estava digitalizado devido à menção de tela fina pelos entrevistados.

Disse que, conforme proposta dos radiodifusores (terceiro critério), 81% do *cluster* ponderado estava digitalizado. Dos 19% de domicílios analógicos, ressaltou a manutenção do perfil de baixa renda, com domicílios com TV de tubo.

Apresentou a decomposição dos critérios no *cluster* ponderado, pontuando que no critério GIRED (primeiro critério) havia exigência de menção nome e número pelo entrevistado, diferentemente do critério “visão radiodifusores” (terceiro). Informou que 9% dos entrevistados no *cluster* ponderado citaram tela fina, mas não citaram outros marcadores.

Em relação aos programas sociais, 12% do *cluster* da amostra total e 13% pelo critério final estavam cadastrados no Programa Bolsa Família. Salientou que muitas pessoas não se reconheciam como inscritas nos programas sociais, apesar de serem cadastradas, e esta era uma grande dificuldade na identificação do entrevistado.

Deferida a palavra, **Cynthia D’Auria, da TV Globo**, comentou que o resultado da pesquisa era positivo, mas que não se sabia o quanto seria difícil atingir os 14% de domicílios analógicos.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, sugeriu que fosse informado pelo IBOPE e pela EAD a localização desses 14% de domicílios analógicos, para que se pudesse fazer um trabalho mais específico de comunicação junto com os radiodifusores.

10. Informe da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD);

Antônio Martelletto, da EAD, iniciou a apresentação sobre entrega de kits. Informou que os trabalhos tinham começado em Goiânia e que já havia 24% de agendamento. O objetivo de alcançar 70% em meados de março provavelmente seria alcançado.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, perguntou quantos PDR (pontos de retirada) estavam ativos, ao que **Carlos Saldanha, da EAD**, respondeu que havia 29 em Goiânia.

Em relação à Grande São Paulo, **Antônio Martelletto, da EAD**, mostrou a composição de entregas na capital e entorno. Conforme os dados, já tinham sido entregues 336 mil kits no entorno. O volume entregue na capital paulista ainda era muito pequeno, na ordem de 3%. Porém, a projeção era de entrega de 50% dos kits até a data de desligamento.

Deferida a palavra, **Márcio Novaes, da Abratel**, perguntou sobre o percentual de entrega de kits do entorno, ao que **Antônio Martelletto, da EAD**, respondeu que era possível alcançar um percentual maior que 80% até o desligamento.

Oscar Petersen, representante titular da Claro S.A., pediu uma comparação entre os dados do entorno e da capital, considerando os dados da pesquisa.

Antônio Martelletto, da EAD, informou que os percentuais de digitalização do entorno e de São Paulo eram, respectivamente, 85% e 86%. O entorno era mais analógico, mas muito próximo. Depois, falou sobre um dos pontos críticos do processo de distribuição: o estoque de kits de conversores. Relatou a aquisição de kits novos, com Ginga-NCL, que tinham começado a chegar recentemente.

Dois importantes fornecedores estavam com os lotes com problemas de memória, o que provocava atraso na entrega. Além disso, havia o feriado chinês de ano novo, que tinha começado no dia 20 e se estenderia até dia 10 do mês seguinte. Inicialmente esperava receber 2 milhões de kits até início de abril, mas, por conta disso, receberia 1,5 milhão. Essa quantidade de kits era suficiente para atender a Grande São Paulo, mas não para outras praças. Disse que não haveria kits para o mês de abril nas praças de Belo Horizonte e nas três capitais do Nordeste e que, devido a isso, o cronograma operacional teria de passar por ajustes em alguns meses.

Em seguida, apresentou o cronograma de entrega de kits para as praças em que o processo de distribuição de kits se iniciava em 2017. Em fevereiro, a EAD entregaria 500 mil kits e, em março, abril, maio e junho, cerca de 1 milhão de kits por mês. De julho até dezembro, este patamar diminuiria – 600 mil, 300 mil, etc.

Relatou que haviam sido comprados 2 milhões de kits para serem entregues via aérea e, muito provavelmente, esta quantidade teria de ser ampliada devido aos atrasos mencionados.

Mostrou um “cronograma alternativo”, em que as datas de entrega dos kits de Belo Horizonte e as três capitais Nordeste tinham sido postergadas em poucos meses,

distribuídas ao longo do segundo semestre de 2017, para deixar mais equilibrada a questão operacional de distribuição de kits. Seria mais razoável haver volumes mensais permanentes, ponderou.

Em relação à demanda pós-desligamento em São Paulo, não se sabia se 50% dos kits seria suficiente para atender grande parte da demanda. Disse que o objetivo da EAD era trabalhar para que fosse alcançado 100%, como havia ocorrido em Brasília. Falou da eficiência operacional, ou seja, a necessidade de haver um pico nos próximos meses.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, falou que a apresentação realizada era meramente informativa e que, portanto, não havia decisão para ser tomada. Pediu a todos que concentrassem esforços para a digitalização das classes D e E. Disse que o assunto continuaria sob apreciação do GIRED.

Deferida a palavra, **Márcio Novaes, da Abratel**, perguntou quando seria realizada a próxima pesquisa na Grande São Paulo, ao que **Antônio Martelletto, da EAD**, informou que seria realizada logo antes do desligamento e ficaria pronta em 25, 26 ou 27 de março.

Márcio Novaes, da Abratel, quis saber se haveria possibilidade de uma pesquisa no início de março. Falou que era difícil localizar onde estavam os domicílios não aptos, e que isso possibilitaria uma campanha mais direcionada, estimulando o telespectador não apto para que fosse buscar seu kit, pois no dia 29 de março seria feito o desligamento. Estava colocando esta proposta em nome da Abratel. Pediu também para que a data de desligamento em São Paulo fosse mantida.

Oscar Petersen, representante titular da Claro S.A., ressaltou que esta pesquisa era caríssima. E haveria o carnaval no fim de fevereiro.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, ponderou que, conforme Portaria ministerial, era necessário 93% dos domicílios aptos ao sinal digital para se efetuar o desligamento, independentemente da distribuição de kits. Todavia, deveria haver um esforço concentrado na distribuição dos kits para garantir qualidade e tranquilidade ao processo. Ressaltou a quantidade de antenas parabólicas em São Paulo e que se tratava de uma região diferente. Disse que não havia nenhuma deliberação quanto ao cronograma e que realmente a data prevista para São Paulo era de 29 de março.

Oscar Petersen, representante titular da Claro S.A., solicitou então que se avaliasse a alteração do cronograma para outras localidades, exceto São Paulo.

Antônio Martelletto, da EAD, disse que havia várias razões para esta alteração, principalmente no que se referia à quantidade de kits que seriam distribuídas nos meses seguintes. Independente da questão de São Paulo (onde o índice de digitalização era alto), em outras regiões se trabalharia de uma forma muito mais racional.

Daniel Pimentel Slaviero, representante titular da Radiodifusão, perguntou como ficaria então o cronograma final.

Oscar Petersen, representante titular da Claro S.A., relatou que esta questão já tinha sido discutida com o MCTIC, a Anatel, Abert e as teles. Disse que devia ser

tomada uma decisão quanto ao tema e que era uma questão de eficiência e planejamento do processo. De fato, precisava haver eficiência. Disse ter entendido que a Abert era simpática a essa decisão.

Antônio Martelletto, da EAD, informou que a data de desligamento prevista para Belo Horizonte seria em julho, mas que, pelo novo planejamento (conforme cronograma alternativo), seria alterada para novembro. O cronograma das capitais do Nordeste seria alterado para novembro também. Assim, haveria mais equilíbrio para se fazer a distribuição dos kits. Disse que o desligamento no interior de parte do Estado de São Paulo se daria em setembro, no Rio de Janeiro e Vitória, em outubro.

Deferida a palavra, **Márcio Novaes, da Abratel**, perguntou se esta matéria estava sendo posta para deliberação, ao que **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED**, respondeu que ela não se encontrava na pauta de deliberações.

Márcio Novaes, da Abratel, perguntou aos representantes da Abert se eles tinham uma posição quanto ao tema.

Daniel Pimentel Slaviero, representante titular da Radiodifusão, pontuou que a Abert estava muito sensível à realidade dos fatos, mas que não tinha uma posição oficial, porque todos os esforços haviam sido concentrados na Grande São Paulo. Quanto à postergação de outras cidades, sugeriu que esse fosse o primeiro item da pauta da próxima reunião do GIRED.

Antônio Martelletto, da EAD, informou que a proposta oficial estava no anexo da apresentação. A intenção era mostrar que o pequeno deslocamento no cronograma, de poucos meses, dava um grande ganho para a logística.

Daniel Pimentel Slaviero, representante titular da Radiodifusão, repetiu sua sugestão de que o tema fosse trazido como primeiro item da pauta da próxima reunião, instruído com argumentos e fatos, e considerada a razoabilidade e a urgência de serem tomadas providências, para o GIRED poder se posicionar.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, salientou que, ressalvado São Paulo, que não seria discutido, acolhia a proposta de tratar dessa questão na pauta da próxima reunião.

Márcio Novaes, da Abratel, comentou que o critério decisivo era de 93%, como bem havia pontuado o Presidente do GIRED. A distribuição dos kits não estava diretamente relacionada com a decisão de desligar ou não, e isso estava muito claro. A porcentagem de domicílios aptos no *cluster* de São Paulo era de 86%. Diante da proposta que estava sendo feita, achava importante que o assunto fosse o primeiro da pauta da próxima reunião e assim todos teriam tempo para estudar. Disse que decisão não era tão simples.

Oscar Petersen, representante titular da Claro S.A., falou que a questão era bem prática e objetiva. A intenção era melhorar e facilitar o processo. Disse que as regras eram muito claras: atingindo a digitalização, poderia ser feito o desligamento, contudo, era fato que a entrega de kits ajudava a ação de desligamento. A não entrega de um milhão de caixas poderia impactar negativamente a imagem do processo. Por fim, lembrou que o Ministro tomaria a decisão.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, disse que as datas de desligamento das regiões de Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Nordeste (três maiores capitais) ficariam muito próximas, de acordo com o novo cronograma proposto. Perguntou à EAD se havia estrutura operacional para trabalhar simultaneamente todos estes grandes *clusters*, distantes entre si, por mais que o processo estivesse adiantado.

Antônio Martelletto, da EAD, ponderou que, quanto mais planejamento houvesse, mais fácil seria o processo. Em Curitiba, estavam trabalhando com muita antecedência, e lá seria mais fácil. “A questão toda é planejar”, disse. Sugeriu que o Nordeste poderia ser até postergado para o próximo ano.

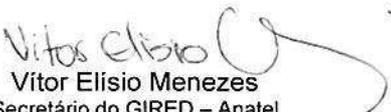
11. Outros assuntos;

Não houve.

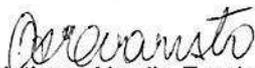
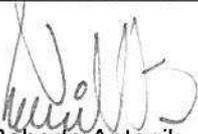
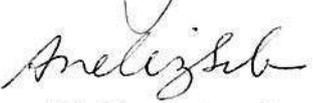
12. Data da Reunião Ordinária de janeiro de 2017

Juarez Quadros, Presidente do GIRED, encerrou a reunião após informar que a próxima Reunião Ordinária do GIRED (27ª RO) seria realizada na data de 20 de fevereiro de 2017, às 10h.

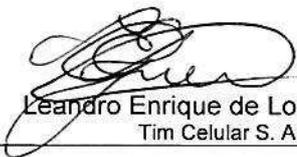
ASSINATURA DOS MEMBROS DO GIRED PRESENTES:

 Juarez Quadros Presidente do GIRED – Anatel	 Vitor Elisio Menezes Secretário do GIRED – Anatel
 Vanda Jugurtha Bonna Nogueira MCTIC (titular)	- AUSENTE - Inez Joffily França MCTIC (suplente)
 José Gonçalves Neto Telefônica Brasil S. A. (titular)	- AUSENTE - Átila Araújo Branco Telefônica Brasil S. A. (suplente)
 Oscar Petersen Claro S. A. (titular)	- AUSENTE - Gilberto Sotto Mayor Claro S. A. (suplente)

[Handwritten notes and signatures on the right margin]

<p>- AUSENTE -</p> <p>Renato Paschoareli Algar Celular S. A.</p>	 <p>Cristiene Abadia Evaristo Algar Celular S. A. (suplente)</p>
<p>- AUSENTE -</p> <p>Mario Girasole Tim Celular S. A. (titular)</p>	<p>- AUSENTE -</p> <p>Leonardo Capdeville Tim Celular S. A. (suplente)</p>
 <p>Luis Roberto Antonik Radiodifusão (titular)</p>	<p>- AUSENTE -</p> <p>André Barbosa Filho Radiodifusão (suplente)</p>
 <p>Flávio Lara Resende Radiodifusão (titular)</p>	 <p>Paulo Ricardo Balduino Radiodifusão (suplente)</p>
 <p>Ana Eliza Faria e Silva Radiodifusão (titular)</p>	<p>Cristiano Lobato Flores Radiodifusão (suplente)</p>
 <p>André Felipe Seixas Trindade Radiodifusão (titular)</p>	 <p>Evelin Maciel Brisolla Radiodifusão (suplente)</p>

REPRESENTAÇÃO EXCEPCIONAL

 <p>Leandro Enrique de Lobo Guerra Tim Celular S. A.</p>	
--	--